

Estado e Política Educacional no Brasil: Projetos Educacionais em Disputa (1995-2016)

*Adair Angelo Dalarosa¹
Beatriz Regina Machado²*

RESUMO

Este texto busca refletir sobre a política educacional e sua relação com o contexto político e econômico do período em questão. O estudo tem como foco central uma análise da política educacional desenvolvida no Brasil no período que compreende os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (1995-2016). Para tanto, busca-se explicitar quais pressupostos econômicos e políticos fundamentaram as políticas educacionais no Brasil de 1995 a 2016, bem como as influências internacionais na organização do Estado e na promoção da política educacional brasileira. O estudo demonstra que os princípios do liberalismo e, portanto, da lógica do mercado tem sido a referência para a organização das políticas educacionais no período em estudo. Constata-se uma mudança significativa nos governos Lula e Dilma no sentido de ampliar os direitos sociais e o acesso à educação por parte das camadas sociais menos favorecidas.

Palavras-chave: Estado. Política. Educação.

ABSTRACT

This paper seeks to reflect on the educational policy and its relationship with the political and economic context of the period in question, and its central focus is an analysis of the educational policy developed in Brazil under the period that includes the governments of Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff (1995-2016). To this end, we seek to clarify which economic and political assumptions underpinned educational policies in Brazil from 1995 to 2016, as well as international influences on the organization of the State and the promotion of Brazilian educational policy. This paper demonstrates that the principles of liberalism and, therefore, the logic of the market have been the reference for the organization of educational policies in the aforementioned period, as well as a significant

¹ Professor Associado na Universidade Estadual do Centroeste do Paraná - UNICENTRO na Graduação e no Programa de Pós-Graduação da Unicentro. Possui Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1997), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Centroeste do Paraná - UNICENTRO em convênio com a Unicamp (1998) e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2005). Departamento de Pedagogia, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: adairdalarosa@hotmail.com.

² Beatriz Regina Machado, Graduada em Pedagogia, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) E-mail: beatriz.machado21@hotmail.com.

change in the Lula and Dilma governments in the sense of expanding social rights and access to education by the less favored social strata.

Keywords: State. Policy. Education.

Introdução

O presente estudo se insere no contexto da política educacional brasileira e tem como foco central uma análise da política educacional desenvolvida no Brasil no período que compreende os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (1995-2016). No período em questão, diferentes projetos e diretrizes políticas foram propostos pelos representantes do Estado. A participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nem sempre foi decisiva na proposição e na execução destas políticas. Buscamos, portanto, analisar os fundamentos políticos e econômicos das políticas educacionais³ no Brasil no período entre 1995 a 2016 bem como as influências internacionais na organização do Estado e na promoção da política educacional brasileira.

Demarcamos o ano de 1995 como aquele que se materializa pela eleição e posse de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República Federativa do Brasil, e o ano de 2016 como o ano da execução do Golpe de Estado que derrubou a Presidente Dilma Rousseff de seu mandato legítimo.

O estudo aborda os processos econômicos e políticos que expressam e definem as políticas educacionais hegemônicas. Para isso partimos do pressuposto de que a política educacional é decorrente da política geral que o Estado desenvolve. A política não é em si o ponto de partida para as ações do Estado. Toda política decorre de demandas da ordem econômica que se desenvolve no país e também influenciada pela ordem econômica mundial. Desse modo, a problemática a ser investigada nos leva a formular a questão nos seguintes termos: quais pressupostos econômicos e políticos fundamentaram as políticas educacionais no Brasil de 1995 a 2016?

A compreensão das políticas educacionais é uma decisão de âmbito político. Na sociedade de classes, interesses antagônicos se expressam na direção da organização do acesso à Educação e à Escola. Na conjuntura política do período em estudo passa a vigorar na regulamentação derivada da LDBEN de 1996 os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Programa PCNs em Ação, os Amigos da escola, o Projeto Vídeo na Escola, a política focal de financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério (Fundef) e a obrigatoriedade da escola dos 07 aos 14 anos,

³ Entendemos por “políticas educacionais” as matrizes jurídicas e políticas definidas no âmbito do Estado, voltadas para o ordenamento das práticas e para a regulamentação, para o financiamento e para a gestão da Educação Brasileira.

as práticas de formação inspiradas em princípios gerenciais e administrativos, medidas de avaliação quantitativa, as políticas compensatórias, as expressões do voluntariado social na educação, as idealizações na área da educação a distância, (EAD) a instigação a cursos e treinamentos pontuais a difusão do empreendedorismo e da identificação da escola com a empresa, sob estreitas óticas quantitativas, gerenciais e avaliativas (NUNES, 2013 p. 161).

A luta para constituir uma política educacional, disposta na organização da Educação Básica e Superior, empreendida pelos Governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2002-2016) acabou por consolidar importantes dispositivos e destacados processos políticos e conquistas legais como as duas conferências denominadas CONAE's (Conferência Nacional de Educação) de 2010 e de 2014, bem como a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) que tomou a forma da Lei 13005/2014, com vigência legal de 10 anos.

O texto aponta as contradições e os avanços da política educacional dos governos FHC, Lula e Dilma Rousseff no período entre 1995 a 2016. Neste sentido pode-se afirmar que,

A educação brasileira é hoje o resultado de uma realidade cumulativa de estratos diversificados de concepções políticas, de determinações legais, de estruturas institucionais e de contraposições de ideais, de concepções pedagógicas e de marcos regulatórios administrativos e normativos. Em sua formação histórica guarda heranças coloniais, disposições teóricas anacrônicas, práticas políticas autoritárias e fundamentações ético- pedagógicas contraditórias ou contrapostas. Não é tarefa fácil compreender as origens e os estigmas da educação brasileira em sua trajetória histórica, legal, pedagógica e política (NUNES, 2013, p.158).

Nosso propósito de estudo baseia-se na concepção de mundo, de sociedade e de cultura definida como a concepção *crítico-dialética da Educação*. Esta investigação fundamenta-se na concepção de mundo *histórico-dialética*, isto é, aquela visão que busca reconhecer o caráter histórico e político de todas as formações culturais e sociais marcadas pela ação e pelo trabalho humano.

Assim, buscaremos nos fundamentar nos procedimentos metodológicos do materialismo histórico-dialético, dado que nessa visão de mundo as concepções de educação estão sempre vinculadas à dinâmica e organização em classes da sociedade e, conseqüentemente, relacionadas às políticas públicas em nível internacional e nacional. Trata-se de investigar nas relações internacionais as influências que se materializaram nas propostas brasileiras do mesmo princípio neoliberal.

Partimos do pressuposto de que a materialidade é o ponto de partida para a elaboração de políticas e legislação sobre as questões sociais e educacionais. A materialidade a que nos referimos se expressa na organização econômica e política da sociedade, ou seja, na história.

Para Marx, o materialismo é histórico porque:

na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada do desenvolvimento das suas forças produtivas

materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência (MARX, 1987, p. 29- 30).

Nesta direção buscamos compreender o movimento dialético e, como consequência, a dinâmica da organização política e histórica da educação brasileira em todos os processos de disputa ideológica e política, inserindo nossa principal categoria como sendo a dimensão de totalidade das relações sociais. Além disso, a análise das contradições que este movimento histórico de duas décadas acaba por constituir e revelar, como um campo social de disputa hegemônica, na medida em que no âmbito da elaboração e da implementação de políticas educacionais neoliberais e emancipatórias se chocam no terreno histórico da vida real, com diferentes visões de mundo e com contraditórios projetos políticos e jurídicos.

A categoria da totalidade justifica-se enquanto o homem não busca apenas uma compreensão particular do real, mas pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos mais amplos.

1. Estado Brasileiro: Influências e Contradições

Este trabalho aborda a política educacional como prática decorrente da política geral que o Estado promove. Portanto, faz-se necessário antes de tudo saber qual a função do Estado e sua origem para depois entendermos como a educação tem seus avanços e retrocessos.

Lendo a obra de Engels vemos que, inicialmente a sociedade era formada por grupos familiares os quais se dividiam em Gens, Fratrias e tribos. Contudo, as disputas entre os grupos sociais na busca por riquezas levaram estas instituições a buscarem novos recursos de controlarem o poder passando a conviver com a histórica luta de classes, desde a antiguidade até os dias atuais.

O conceito de Estado está presente em muitos estudos, Engels em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1995, pg.119 e 120) relata:

Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas -; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado.

Genericamente parece ser a função do Estado a de proporcionar o bem comum. No entanto, o povo que participa de determinado Estado não é um conjunto de seres vivendo em condições de igualdade. Desse modo, mesmo nas denominadas repúblicas democráticas o Estado não compreende a população em geral e sim uma minoria dela que realmente se faz representar no poder estatal. Numa sociedade de classes, não é possível obter o consenso a não ser pela alienação ou pela força.

O Estado não é uma criação da divindade. O Estado é o reflexo da organização social na qual se insere, ou seja, é criatura de determinada ordem social. Ao se referir a organização e controle do Estado por parte dos cidadãos, Sanfelice (1998) assim se refere:

Tal como nas religiões, os homens criaram deuses e depois se fizeram seres criados por eles, assim também os homens criaram os Estados e a eles se subordinaram. Por que não trabalhar com a possibilidade contrária? Os homens, assim como instituíram deuses e Estados, não poderiam agora subordiná-los à sua própria vontade? Não poderiam torna-se senhores de suas próprias criaturas? Mais do que isto: não estaria aí a possibilidade do homem institui-se cidadão? Ou a possibilidade do Estado ser representante dos cidadãos? Quem sabe, até a possibilidade do cidadão constituir-se em um “governante potencial”? (SANFELICE, 1998, p. 8).

Na atualidade, Estado tem sido compreendido no âmbito do Estado moderno o qual se caracteriza por ser democrático, tripartite e representativo. No entanto, a representatividade tem de ser sempre analisada do ponto de vista de uma sociedade de classes. Desse modo, Sanfelice considera que;

A burguesia hoje, no sentido de classe social que possui a propriedade dos meios de produção, as terras e o capital e o Estado ocupado por ela ou representante dela, passou a ser o Estado da minoria burguesa, mesmo quando considerado sob a ótica de governos representativos. Nesse contexto, quando as chamadas regras democráticas podem ser manipuladas pela dominação e hegemonia burguesas, para que o Estado represente seus interesses majoritariamente, elas continuam sendo praticadas. Quando pelo uso das mesmas regras a burguesia vê-se ameaçada, aí então as regras mudam com a prática de vários artifícios ou então surgem os golpes políticos, as ditaduras civis ou militares. (SANFELICE, 1988 p. 9)

A análise de Sanfelice é esclarecedora da dinâmica como Estado brasileiro é apropriado e organizado de acordo com interesses da burguesia nacional e internacional.

Além do problema das classes sociais que disputam o poder estatal de um País temos de considerar ainda a influência de outros países no contexto do mundo de produção capitalista que chega a denominada “globalização”. Neste contexto grandes potências mundiais exercem influência e controle sobre outros países denominados periféricos ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Tal influencia diz respeito a imposição de políticas econômicas, sociais, ideologias e organização do próprio Estado. No caso do Brasil temos o conhecido convenio MEC/USAID através do qual os governos Norte Americanos exerceram

influência política e econômica sobre o Brasil e sobre a organização da educação brasileira em especial nos anos de 1970.

Nos anos de 1990 a política intervencionista Norte-Americana é levada a efeitos através dos organismos financeiros de modo que o controle ideológico e político não é feito somente pelo governo Norte americano. Há instituições financeiras de cunho internacional que atuam como supostos “apoiadores” desenvolvendo “ajuda” aos países menos desenvolvidos. Essas instituições ou organismos internacionais, de cunho financeiro, tem como carro chefe o Banco Mundial.

Como principal órgão financiador, o Banco Mundial criado em 1944, financiava projetos na maioria das áreas econômicas: agricultura, indústrias, educação, energia, saúde, transporte entre outros. O Banco Mundial foi criado com dois objetivos principais: crescimento econômico de países periféricos e redução da pobreza. Ele é composto principalmente pelos países capitalistas como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Japão, Canadá, Itália e China tendo como país com a maior porcentagem de voto e veto os Estados Unidos. Novamente a lógica do capital vem imperar sobre os países periféricos e legitimar a hegemonia dos Estados Unidos. Segundo Silva (2002, p. 61),

A origem do Banco Mundial está na Conferência de *Bretton Woods* que foi o encontro entre 45 países aliados dos quais firmaram os acordos que guiariam a economia mundial após o fim da Segunda Guerra em 1944. O sistema financeiro que se organiza no pós-guerra seria comandado pelos Estados Unidos. O dólar se tornou a principal moeda nas transações financeiras globais e referência para as moedas das outras 44 nações que faziam parte de *Bretton Woods*.

Deste encontro surgiram as instituições financeiras: Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O nome oficial da instituição criada em *Bretton Woods* era Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A instituição se capitalizou a partir da venda de títulos ao mercado garantidos pelos países membros. Mudou gradualmente seu foco de apoio a devastação do pós-guerra para os países em desenvolvimento. A estrutura da organização tornou-se mais complexa e deu origem a outras instituições – que hoje formam o grupo Banco Mundial – criada para suprir demandas que o BIRD não podia atender.

Dessa forma o Banco Mundial,

Hoje, conta com 176 países-membros, incluindo países do Leste europeu e China, e seus empréstimos passaram de um patamar de 500 milhões de dólares (1947) para cerca de 24 bilhões (1993). Atualmente é o maior captador mundial não-soberano de recursos financeiros, exercendo profunda influência no mercado internacional. É também o principal financiador de projetos de desenvolvimento no âmbito internacional, acumulando um total de 250 bilhões de dólares de empréstimos desde a sua fundação até o ano fiscal de 1994, envolvendo 3.660 projetos (SOARES,1996, p. 15).

No Brasil, o Banco Mundial fez grandes investimentos, como por exemplo, “[...] o Banco Mundial promoveu a ‘modernização’ do campo e financiou um conjunto de grandes projetos

industriais e de infraestrutura no país, [...]” (SOARES, 1996, p. 17)

O Brasil recebeu seu primeiro empréstimo do Banco Mundial em 1949, no valor de 75 milhões de dólares. Após um período de retração do Banco. Entretanto, no período da Ditadura Militar, na década de 70, o Brasil, tornou-se o maior tomador de recursos do BIRD. No início dos anos 80, o Brasil teve uma relação difícil com o Banco Mundial, pois o modelo de ajuste dos organismos multilaterais se revelou incompatível com a complexa estrutura da economia brasileira. (SOARES, 1996).

Nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso os empréstimos do Banco Mundial foram bem expressivos para financiar as novas políticas educacionais, pois é nesse momento em que se aprofundam as relações entre organismo internacional e o governo brasileiro. Para a autora Silva, Fernando Collor de Mello, “Na presidência, tomou medidas quanto à liberalização comercial, à política industrial e à legislação brasileira no campo da informática [...]” (SILVA, 2002, p. 103).

Após demonstrar como funciona a política em relação a ordem social e como o Estado se organiza e promove as políticas sociais e educacional passamos, no próximo item, a uma reflexão de como as políticas educacionais foram desenvolvidas nos governos de FHC.

1.2 A Política Educacional Brasileira (1995-2003)

Ao analisarmos as questões referentes à educação, iniciaremos este item com as mudanças educacionais que surgiram nos mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

No governo FHC o Brasil passava por mudanças influenciadas pelo liberalismo, os projetos que ocorreram para educação acabaram sendo direcionados pelo capital internacional. Os quais foram a Lei e de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), o Programa Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério (Fundef).

Conforme demonstramos acima, na década de 1990 os organismos internacionais balizaram como se conduziria a educação brasileira. Neste contexto Frigotto indica como foram ocorrendo os eventos:

a “Conferência Mundial sobre A educação para todos” realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, que inaugurou um grande projeto de educação em nível mundial, para a década que se iniciava, financiada pelas agências UNESCO, UNICEF, PNUD E Banco Mundial. A conferência de Jomtien apresentou uma “visão para o decênio de 1990” e tinha como principal eixo a ideia da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. (FRIGOTTO, CIAVATTA 2003, p. 98).

Desta maneira os países que estavam presentes se responsabilizaram se de garantir uma “educação básica de qualidade”, logicamente que comandados pelas agências interna-

cionais que visavam o aumento do seu capital, visando uma capacitação profissional técnica nos países em que realizaram investimentos. Em vista disso que a educação brasileira se torna uma mercantilização.

É o Governo Cardoso que, pela primeira vez, em nossa história republicana, transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do Estado. Dilui-se, dessa forma, o sentido de público e o Estado passa a ter predominantemente uma função privada. (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003, p.107)

Todavia o Governo FHC possuía objetivo que a educação se ajustasse a economia mundial, isto se evidencia nas estratégias que se utilizavam para não realizar a aprovação da LDB que foi elaborada por educadores, pois neste momento o que acontecia no cenário brasileiro era a imposição do privado sob o público. Brzezinski, 2010 aponta neste sentido que:

Não resta dúvida de que no processo de exequibilidade da lei houve concessões dos movimentos sociais organizados na sociedade civil em face da determinação do Estado Mínimo, porém os movimentos de educadores estiveram sempre em alerta na defesa da escola pública, porque adeptos do Estado do Bem-Estar Social. Este requer um outro projeto de sociedade e de educação que se contrapõe ao modelo de educação, de ensino e de escola decorrente do modelo econômico e político estatal brasileiro da contemporaneidade – a globalização neoliberalizante –, como anteriormente explicitado. (BREZEZINSKI, 2010, p.194).

Portanto a aprovação da LDBEM9394/96 que permanece até os dias atuais foi adequada aos interesses políticos do liberalismo que encontraram apoio irrestrito no governo FHC, o qual também foi responsável por promulgar outras medidas educativas como o Plano Nacional da Educação sob a forma de Lei 10.172/2001 que se posicionou de forma prepotente na sua estruturação.

A retração do Estado e a privatização dos serviços, ao contrário do discurso oficial e publicitário, não trouxeram benefícios à população. Ao contrário, privatizaram elitizaram os serviços, transferiram o clientelismo populista para o clientelismo junto às organizações da sociedade civil e introduziram o voluntariado como uma questão de “cidadania”. (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003, p. 113)

Os planos nacionais possuem um objetivo aparente de melhorar a educação, no entanto a sua formulação nem sempre é feita por especialistas da área educacional, ou por pessoas que lutam pelo direito da escola pública, gratuita e democrática. O que observamos no decorrer da história das políticas educacionais é um sistema falho que luta pelo interesse do capital no governo FHC isto ficou visível.

O Plano Nacional de Educação tem como objetivo assegurar a continuidade das políticas educacionais e articular as ações as União, dos estados e dos municípios,

ao mesmo tempo que se preserva a flexibilidade necessária para fazer às continuas transformações sociais. O Plano procura traduzir, em termos de metas claras e objetivas, os princípios norteadores da educação nacional formulados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases, de forma a concretizar os objetivos consagrados nesses documentos. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1998, p. 12)

Com relação os Parâmetros curriculares Nacionais (PCNS), demonstrou prioridade no ensino fundamental, deixando mas de forma subjetiva, porque na LDB (art. 208, inciso VII, parágrafo I) “o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo”, desta forma retira o dever do Estado para não se obrigar a gratuidade.

percebemos que se tratava de uma política construída num movimento invertido, no qual os PCNS, apesar de serem instrumentos normativos de caráter mais específico, foram construídos e encaminhados de forma a reorientar um instrumento de caráter mais geral como as DCNS (FRIGOTTO, CIAVATTA apud BONAMINO; MARTINEZ, 2002, p .385).

Enquanto os municípios aumentaram os números de matrículas no ensino fundamental devido a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), para aumento de suas verbas recebidas. Mesmo com o governo aumentando o recebimento da carga tributária isto não se repercutiu na educação.

O fraco investimento efetivo na educação fundamental soma-se não na valorização que o FUNDEF preconiza na própria sigla, mas na desvalorização do magistério. As apelativas e sequenciais campanhas de “adote uma escola”, “amigos da escola”, “padrinhos da escola” e, depois, do “voluntariado” explicitam a substituição de políticas públicas efetivas por campanhas de filantrópicas. No âmbito organizativo e institucional, e educação básica, de direito social de todos, passa a ser cada vez mais encarada como um serviço ou filantropia. (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003, p. 114).

O que acontece é um retrocesso na conquista de direitos fundamentais incluindo uma educação de qualidade, pública e gratuita, neste momento da nossa história. Para Frigotto “O Governo Cardoso deixa de herança uma enorme dívida social com o agravamento de todos os indicadores sociais” (Frigotto; Ciavatta 2003, p. 121).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu continuidade às reformas liberais alinhadas às políticas do Banco Mundial. Desse modo,

O período de Fernando Henrique Cardoso (FHC) aprofundou, num grau insuspeitado, o desmanche iniciado. Privatização total das empresas estatais (restaram apenas a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e os bancos, o BNDES e os regionais de fomento), deslocando o campo de forças no interior da própria burguesia, desmontando o tripé empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais que deslizou para a predominância da última nos principais eixos da acumulação de capital, extrovertendo o centro de decisões e tornando irrelevante um conjunto de

associações públicas construídas em torno das empresas estatais, como sindicato de petroleiros e associação de engenheiros da Petrobrás, por exemplo. [...] O período de FHC completou o desmanche conforme sua promessa de superar a Era Vargas (OLIVEIRA, 2006, p. 278).

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003, p. 103) “[...] se trata de um governo que conduziu as diferentes políticas de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal [...]”. Mas essas políticas sociais possuem um duplo sentido. O sentido objetivo dessas políticas vai além do que se pode ver expresso no texto. No seu alcance maior são políticas compensatórias que não promovem a igualdade social de fato, mas que levam cada vez mais ao empobrecimento as camadas de baixa renda, por isso, são políticas alinhadas aos interesses da classe dominante.

Para Neves e Pronko (2008, p. 115),

Tais medidas compensatórias da desigualdade social, além de se enquadrarem entre as políticas mais gerais de alívio da pobreza, vêm assumindo também um papel político-ideológico fundamental de instrumento da nova pedagogia da hegemonia, ao conseguirem das vítimas da discriminação seu consentimento ativo ao novo modelo de educação escolar [...] a consolidação e a estabilização da hegemonia do capital vem se constituindo em fonte permanente de preocupação desses organismos no momento em que subsidiam suas reformas educacionais.

O que ocorreu no governo FHC, foi um grande retrocesso, pois as medidas que seriam para estabelecer uma educação de qualidade, que desenvolvesse na sociedade uma consciência crítica, com a qual o cidadão pudesse conhecer as contradições da realidade não se efetivaram.

No próximo item analisamos as continuidades e descontinuidades desta política de projetos societários em disputa.

1.3 A Política Educacional dos Governos Lula e Dilma Rousseff (2003-2016)

Neste item procuraremos demonstrar o que caracteriza a denominada “era do PT” e o que a distingue do período anterior. Desse modo, apoiamos nossa análise na argumentação de Frigotto e Ciavatta para os quais trata-se de projetos societários em disputa.

Ao assumir o governo em 2003 Luís Inácio da Silva assume também o ônus social deixado pelo governo Anterior. A sociedade civil depositou no presidente que assumiu o comando do país em 2003 uma esperança de grandes mudanças, entre as quais a de ampliar o acesso e o compromisso do Estado para com a garantia da oferta da educação em todos os níveis. Este período que se iniciou em 2003 ficou conhecido como a era do PT na qual se manteve até 2016 com a saída da Presidente Dilma Rousseff. Nunes 2018 enfatiza que:

Com a eleição de Luís Inácio da Silva, nos primeiros anos do novo milênio, abria-se uma contradição abissal: um governo de base popular e sindical assumiria o lugar político mais almejado - a gestão do Estado e da política - , recebendo como herança o PNE (Plano Nacional de Educação) de 2001, a Lei 10.172/01 promulgada em 09/01/2001 e planejada para vigorar por 10 anos, definida sobre bases neoliberais e avaliativistas, derivadas do projeto eleitoral derrotado de FHC em 2002 e das forças que o sustentavam. O veto empreendido pelo governo FHC sobre a proposta de destinar 7% do PIB para a educação enterraria de vez o primeiro PNE do milênio (NUNES, 2018 p.52 e 53).

Embora tenhamos vislumbrado avanços importantes no que diz respeito a conquista de direitos, crescimento econômico e avanços políticos na direção de ampliação das relações democráticas, também não se pode afirmar que houve alteração da estrutura economia e política da sociedade uma vez que mudanças estruturais não ocorrem do acaso ou de gestões temporárias de governantes.

As relações de produção e a estrutura capitalista que determina a organização do Estado e a histórica luta de classes não se altera num curto espaço de tempo como o que abrigou os governos petistas. Também é preciso considerar as amplas forças políticas que compuseram os governos em questão além de muitas outras determinações que os limites deste trabalho não possibilitam analisar.

Gaudêncio Frigotto retoma a análise de Singer e aponta as continuidades e discontinuidades dos governos de Luís Inácio Lula da Silva. Sobre as continuidades, afirma que

A continuidade da década presente em relação ao passado incide no erro da geração perdida – a opção por conciliar uma minoria prepotente a uma maioria desvalida – mediante o combate à desigualdade dentro da ordem de uma sociedade capitalista onde sua classe dominante é das mais violentas e despóticas do mundo (FRIGOTTO, 2010, p. 6).

A análise de Frigotto sinaliza também o que marcou a primeira década do século XXI no sentido de ampliação da política de distribuição de renda, neste aspecto afirma,

[...] a conjuntura desta década se diferencia da década de 1990 em diversos aspectos, tais como: retomada, ainda que de forma problemática, da agenda do desenvolvimento; alteração substantiva da política externa e da postura face às privatizações; recuperação, mesmo que relativa, do Estado na sua face social; diminuição do desemprego aberto, mesmo que tanto os dados quanto o conceito de emprego possam ser questionados; aumento real do salário mínimo (ainda que permaneça mínimo); relação distinta com os movimentos sociais, não mais demonizados nem tomados como caso de polícia; e ampliação intensa de políticas e programas direcionados à grande massa não organizada que vivia abaixo da linha pobreza ou num nível elementar de sobrevivência (FRIGOTTO, 2010, p.07).

Com relação a educação podemos dizer que a gestão Lula/Dilma fez importantes avan-

ços ao construir 18 universidades públicas totalizando 173 Campus universitários e 360 institutos federais, aberturas de concursos públicos, além da preocupação com a educação do campo, indígena, de jovens e adultos e afrodescendentes. Frigotto ressalta ainda que “outro aspecto diferenciado, ainda que em termos muitíssimos baixos, é a fixação do piso nacional para o magistério da educação básica, uma conquista histórica do magistério nacional” (FRIGOTTO, 2010, p.13).

Algumas diferenças que ocorreram neste governo o qual trouxe avanços e também algumas críticas, as quais são decorrentes das associações realizadas entre o público e o privado. Portanto o Estado utilizando essas associações abranda as ações relacionadas a educação que seriam de sua responsabilidade.

Com isso, o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos, sem alterar substancialmente as suas determinações. E dentro dessa lógica, é dada ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, em nome da qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências (FRIGOTTO, 2010, p.13,14).

A gestão Lula/Dilma se conduziu de duas maneiras que podemos constatar: a primeira seria para a classe trabalhadora, que trouxe avanços com relação a criação de novas universidades e institutos federais e também a criação de programas sociais, mas também foi falha como apresenta Frigotto 2010 p.09 “o governo também não disputou um projeto educacional antagônico, no conteúdo, no método e na forma”. Sendo alvo de críticas, fato de não ter realizado um projeto que transformasse as políticas educacionais.

Já na segunda maneira ela se institui pela lógica do mercado, a qual o setor privado faz suas determinações de como se conduzirá o processo mercantil, pois a educação é parte deste mercado o qual obtém alta lucratividade. O primeiro passo é demonstrar que a escola pública é ineficiente, ultrapassada e não possui bons métodos, desta maneira perde sua credibilidade com a população, que muitas vezes busca no sistema privado a “solução”. Portanto para Souza e Nunes:

Assim a educação pública está em um avançado processo de privatização, dentro de um pacote de desmonte de políticas públicas sociais, pressionada pelos interesses do mercado, do capital. O resultado é a precarização do acesso e qualidade da educação, o aumento da desigualdade social (SOUZA; NUNES, 2017, p. 408)

A ambição do capital faz as modificações para a população se torne cada vez mais alienada, e com poder aquisitivo menor, acreditado no que é repassado pelas mídias que trabalham para favorecer o sistema privado, publicando falsas “verdades”, desvalorizando cada vez o sistema educacional público.

Desta maneira o PNE 2014-2024 que foi elaborado durante a gestão Dilma foi sancio-

nado pela lei nº 13.005, em 25 de junho de 2014 (Brasil,2014), possui metas e estratégias a serem cumpridas para a melhoria da educação do nosso país, mas o que acontece na elaboração e realização deste plano é a luta de duas classes, onde o interesse do capital acaba prevalecendo. Souza, Nunes relatam que:

O PNE 2014-2024, elaborado no contexto de produção e reprodução do modo de produção capitalista, não desvela os interesses de classe em relação à educação formal, como um privilégio da burguesia, para atender seus interesses de classe dominante, enquanto sua “universalização” à classe trabalhadora está voltada à preparação para o trabalho, trabalho alienado, necessário para a consolidação e expansão do capitalismo (SOUZA; NUNES, p. 409)

Esta luta que acontece pela educação, historicamente é injusta, onde a classe trabalhadora sofre com as decisões que são tomadas pela burguesia, a educação vem sendo tratada como uma mercadoria, na qual quem pode pagar é beneficiado, enquanto a classe trabalhadora que não pode ter acesso é muitas vezes vista como ignorante ou incapaz. Ivana Jinkings in A educação para além do capital relata que:

Mészáros sustenta que a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado (JINKINGS 2008, p. 12).

A educação pode trazer a liberdade para o homem, desde seja construída de forma crítica, podendo transformar uma sociedade passiva que aceita as imposições colocadas por um sistema econômico. Desta forma para a burguesia é interessante que a classe trabalhadora receba uma “educação” somente para ser mão de obra.

O que se pode afirmar de antemão sobre a política dos governos Lula e Dilma é que não foram propriamente governos socialistas e muito menos comunistas como muitas vezes tem sido divulgado pela crítica leviana. A revolução social necessita de mudanças estruturais no modo de produção, na organização do Estado e na construção de uma hegemonia política e cultural contrária ao modelo vigente. Isso não se faz apenas com mandatos políticos de governos ainda que estes sejam eleitos pela maioria da população da classe trabalhadora.

Considerações Finais

O estudo possibilitou verificar que a política educacional é decorrente da política geral que o Estado desenvolve. Como ficou demonstrado no próprio texto, nas sociedades de classes o estado tende a atender os interesses da classe dominante que busca constantemente garantir e legitimar seus interesses. Vimos também como a política internacional exerce in-

fluência sobre as diretrizes políticas do estado impondo os interesses do mercado e fazendo com que as ações do estado atendam as demandas da classe dominante em detrimento das camadas menos favorecidas da sociedade. Isso nos faz entender também que a organização do estado é mais ampla e determinante nas ações de governos que exercem mandatos temporários e subordinados a uma legislação estatal.

Desse modo, é possível verificar que os governos de FHC foram generosos para com a lógica capital levando a cabo uma política de agravamento das contradições entre classe dominante e classe trabalhadora. A política educacional deste período foi dirigida para atender os princípios do liberalismo tanto no que diz respeito ao compromisso do Estado na garantia de direitos quanto nas diretrizes organizacionais e pedagogias que imprimiram a lógica mercantil no ideário educacional brasileiro.

Nos Governos Lula e Dilma há uma mudança de direção. Contudo, é preciso considerar que Estado é sempre maior que governo e que, alterar a política e a legislação estatal é mais complexo do que mudar um governo. Desse modo, ações dos governos Lula e Dilma foram importantes para ampliar o acesso as políticas sócias e educacional das camadas menos favorecidas fazendo importantes avanços ainda que a política do grande capital não fosse afetada.

A mudança de rumo da política social dos governos Lula e Dilma em relação aos governos anteriores pode ser caracterizada como uma política progressista, de ampliação de direitos e de compromisso maior do Estado para com a garantia destes direitos. Um paço importante que os donos do capital não conseguem admitir.

Referências Bibliográficas

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e Desdobramentos da LDB/1996: Embates entre Projetos Antagônicos de Sociedade e de Educação. Revista Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro. V.8 n .2, p. 185-206, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Brasília. 1998.

DALAROSA, A. A. Estado, educação e cidadania. Caçador, SC: UNC, 1998.

ENGELS, F e MARX, K. Textos Sobre Educação e Ensino. São Paulo: Ed. Moraes, 1992.

ENGELS, F. Dialética de la Naturaleza. Buenos Aires: Ed. Problemas, 1941.

ENGELS Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1981.

FOUGEYROLLAS, Pierre. Ciencias Sociales y Marxismo. México: Ed. Fondo de Cultura Economica, 1981.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. Os Circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na

primeira década do Século XXI. Conferência de abertura da XXXIII Reunião Anual da Associação de Pesquisas e Pós-graduação. Caxambu, MG, 2010

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n.82, p. 93-130, abril 2003.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. Amadora, Portugal: Fronteira, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia Alemã, Editora Moraes, São Paulo, 1984.

MASCARENHAS, Fernando, Entre o Ócio e o Negócio: Teses sobre a anatomia do lazer. Tese de Doutorado. FEF/UNICAMP.2005.

MÈSZÁROS, István. Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais. São Paulo: Ed. Ensaio, 1986.

MÈSZÁROS, István, A educação para além do capital. São Paulo: Ed. Boitempo, 2ª.ed. 2008

NETTO, J. P. Crise do Marxismo e Ofensiva Neoliberal. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

SANFELICE. J. L. Prefácio. In. DALAROSA, A. A. Estado, educação e cidadania. Caçador, SC: UNC, 1998.

SAVIANI, D. Política e Educação no Brasil, São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica, Autores Associados, Campinas, 2004.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

SILVA, Maria Abádia da. Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASE, L. de., WARDE, M. J., HADDAD, S. (Orgs). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, ANTONIO CARLOS. NUNES, CÉSAR.A. Contradições e Desafios Econômico-Político-Ideológicos do PNE 2014-2024. Revista Pró-educação, Pouso Alegre, V. 2, nº 6, P. 393-415. 2017.

NUNES, CÉSAR. POLLI, JOSÉ RENATO. (ORGANIZADORES). Educação, humanização e cidadania: fundamentos éticos e práticas políticas para uma pedagogia humanizadora. Jundiaí, SP: Editora In House e Editora Brasília (coedição), 2018.